

HABEAS CORPUS Nº 493.250 - SC (2019/0041587-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
BRUNA GUZZATTI DE BARROS VIEIRA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JAQUES WELLINTON ANTUNES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JAQUES WELLINTON ANTUNES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução Penal n. 0020996-32.2018.8.24.0038).

Narram os autos que o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução contra decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Joinville que não reconheceu falta grave praticada pelo ora paciente. O agravo foi provido pela Corte local, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 334):

RECURSO DE AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE NÃO RECONHECE FALTA GRAVE. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD). AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. DECISÃO DO DIRETOR DA UNIDADE PRISIONAL. JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. CONTROLE DE LEGALIDADE. 2. AUTORIA. DOCUMENTOS E DEPOIMENTO. NEGATIVA.

1. A competência para apuração e reconhecimento de falta grave no âmbito da execução penal é do diretor da unidade prisional, cabendo ao magistrado somente o controle de legalidade do indispensável procedimento administrativo disciplinar e a imposição das sanções que contam com cláusula de reserva de jurisdição, sendo vedada incursão judicial no mérito administrativo.

2. O conteúdo de comunicado interno; o depoimento de servidor durante o procedimento administrativo; e o relato de boletim de ocorrência dando conta de que o apenado, no momento em que estava sendo conduzido para prestar depoimento, chutou a estrutura da viatura policial e dirigiu aos agentes prisionais palavras de baixo calão; comprovam a prática das faltas graves previstas no art. 50, I e VI, da Lei de Execução Penal, não bastando a negativa isolada do reeducando para afastar as sanções judiciais.

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Aponta a impetrante, nas razões do presente *writ*, que, "no caso concreto, os elementos coligidos durante a instrução do PAD não são suficientes a embasar o reconhecimento de falta grave. Não há sequer individualização da conduta, muito menos prova de que tenha sido praticada pelo Paciente" (e-STJ fl. 11).

Aduz que "não há dúvidas de que imputar ao Paciente uma tal falta, desprovida de lastro probatório idôneo, implica em desconsiderar garantias básicas do Paciente, em especial a presunção de inocência. Ainda, fere de morte os princípios da culpabilidade e da individualização da pena impedindo, por consequência, o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa" (e-STJ fl. 12).

Acrescenta que, "à míngua de instauração de Processo Administrativo Disciplinar IDÔNEO, tendo em vista a nomeação de advogado vinculado à unidade prisional ou mesmo a supressão do direito à livre escolha de profissional da confiança do Paciente, [requer] a cassação do acórdão do TJSC, que reconheceu a prática de falta grave amparado em Processo Administrativo Disciplinar NULO" (e-STJ fl. 16).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem a fim de que "seja DECLARADA a nulidade do acórdão do TJSC, que reconheceu a falta grave do Paciente, em violação a princípios constitucionais, bem como com amparo em PAD nulo, com a consequente ABSOLVIÇÃO" (e-STJ fl. 17).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do

julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator